

OBJETOS DE PESQUISAS NO CAMPO DA POLÍTICA CURRICULAR: entre discursos, cartografias e articulações

Fabiany de Cássia Tavares Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
fabiany.tavares@ufms.br

Maria Palmira Carlos Alves
Universidade do Minho, Portugal
palves@ie.uminho.pt

Vanessa Palhares de Barros Vilarim
Instituto Técnico Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
vanessa.vilarim@ifms.edu.br

Este Simpósio discute três objetos de pesquisas (textos/documentos, avaliação e integração curricular), em desenvolvimento, cruzados pela lógica da política curricular, parte da agenda das políticas educacionais, de diversos governos, legitimada por diferentes processos de hegemonias e ideologias. Processos que solicitam a consideração do poder privilegiado dos discursos na produção dos sentidos dessa política, a partir de condições de interpretação capazes de permitir o deslizamento dos marcos estabelecidos pelo neoliberalismo na modificação dos rumos da formação humana. Deste lugar, estes objetos problematizam princípios de autonomia, flexibilização e competências, fundados em uma perspectiva reformista, cujas proposições incursionam por outras concepções epistemológicas de currículo escolar, de práticas curriculares inovadoras e flexíveis, de projetos de avaliação, todas voltadas à garantia de uma escola de sucesso para todos. Tomamos essa incursão, de um lado, sustentada pela tentativa de resposta ao que os alunos precisam aprender na escola do século XXI e; de outro, promotora das condições que permitam aos alunos o desenvolvimento de competências para enfrentarem os problemas locais e globais. Para tanto, estamos orientados pelas técnicas da pesquisa qualitativa, que envolve o estudo do uso e da coleta de uma variedade de materiais empíricos e, como um conjunto de atividades interpretativas, não privilegia nenhuma única prática metodológica em relação a outra (DENZIN; LINCOLN, 2006). Dito isso, buscamos indícios de um modelo de responsabilização individual dos sujeitos diante dos processos de aprendizagem e da apropriação do conhecimento, bem como mapeamos linhas de investigação, que têm contribuído para a construção de uma cartografia

científica da avaliação e dos princípios curriculares/pedagógicos orientadores de práticas formativas, focadas na integração. Neste contexto, tomamos para análise os **textos/documentos curriculares**, construídos após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (2017), cujos discursos encontram-se regulando a retórica da mudança e da reforma do conhecimento. As análises partem do pressuposto de que na condição relacional, esses textos/documentos aproximam-se de esquemas normativos, que regulam as estratégias dos agentes em um campo determinado por discursos centrados em competências e habilidades, isto é, pedagogia das competências, reafirmando o modelo de responsabilização individual dos sujeitos diante dos processos de aprendizagem e da apropriação do conhecimento. Dessa forma, revestidos de outros sentidos de conhecer, organizar, avaliar e controlar os processos formativos na escola, ao mesmo tempo, impondo aos chamados currículos subnacionais, a pedagogia das competências. Aprofundando um desses outros sentidos, avaliar, incursionamos por investigações que destacam o papel relevante da **avaliação** nas políticas curriculares, que pressupõe planos curriculares com vias de aprendizagem flexíveis e integradoras, por meio da utilização de metodologias ativas e participativas e de processos e métodos de avaliação formativos (FIGARI & ACHOUCHE, 2001; STIGGINS, 2004). Tais metodologias, processos e métodos trazem a marca do fenómeno da globalização, da flexibilidade e da integração curricular, transformada em um meio imprescindível para que as instituições e seus agentes respondam às exigências sociais e aos avanços do conhecimento científico. Avanços que dão forma à integração, que encontra algumas particularidades no cenário discursivo e, aqui, analisada pelo caráter inovador apresentado à Educação Profissional Tecnológica, ancorado na proposta de uma formação humanística, ampla e integral endereçada aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em relação a esse propósito a integração organiza e orienta o currículo à promoção progressiva de possibilidades de integração pessoal e social. No entanto, essa promoção parece não iniciar tampouco findar-se nas questões e nos problemas da educação média e, sim, nos conteúdos e nas destrezas baseados nas disciplinas, requeridos pela razão neoliberal. Dessa razão depreendemos mudanças sem questionamentos críticos, ao mesmo tempo, que organizadas por documento curricular oficial, isto é, Base Nacional Comum Curricular (2018), orientadas pelo perfil de formação, que parece não exigir o rompimento com práticas arraigadas no ideário tecnicista. É neste quadro que as conclusões pretendidas passam pela caracterização e desmistificação dos discursos da política curricular desde **textos/documentos, avaliação e integração curricular**, no

alcance das contradições e dos paradoxos entre o contexto da enunciação política e das práticas operadas.

Palavras-chave: Política Curricular, Textos/Documentos, Avaliação e Integração Curricular

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017 e 2018.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FIGARI, G. e ACHOUCHE, M. Dix années de travaux de recherche en évaluation (1986-1996). **Mesure et évaluation en éducation**, 20 (2), 27-40, 1997. Disponível em [Mesure et évaluation en éducation – Érudit \(erudit.org\)](http://www.erudit.org) Acessado em Setembro de 2022.

STIGGINS, R. New assessment beliefs for a new school mission. **Phi Delta Kappa**, v. 86, n. 1, p. 22-27, 2004. Disponível em <https://doi.org/10.1177%2F003172170408600106> Acessado em Setembro de 2022.

TEXTOS/DOCUMENTOS CURRICULARES SUBNACIONAIS (2018 e 2019) COMO OPERADORES DE DISCURSOS REFORMISTAS

Este trabalho se propõe a analisar a forma prescrita de textos/documentos curriculares subnacionais, destinados à escolaridade básica (educação infantil, aos anos iniciais do ensino fundamental e à modalidade de educação especial), ofertada em uma região brasileira. Vale dizer, que foram produzidos a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e, diante disso, o recorte temporal de análise contempla o período de 2018 e 2019 como decisivos para adequação dos currículos, revisão de material didático e das matrizes de referência das avaliações. Nesse contexto, para as análises pretendidas, incursionamos (praxiologicamente) pela operação com discursos reformistas não direcionados apenas ao sistema de relações curriculares objetivas, mas também às relações dialéticas e às disposições estruturadas acerca das relações entre a educação, a escola, a cultura, a sociedade, a política e a economia. Dessa forma, partimos do pressuposto de que na condição relacional, esses currículos aproximam-se de esquemas normativos, que regulam as estratégias dos agentes em um campo determinado por discursos centrados em competências e habilidades, isto é, pedagogia das competências, reafirmando o modelo de responsabilização individual dos sujeitos diante dos processos de aprendizagem e da apropriação do conhecimento.

DESAFIOS DA AVALIAÇÃO NA INTEGRAÇÃO CURRICULAR: CONTRIBUTOS PARA O ESTADO DA ARTE

Neste texto, mapeamos linhas de investigação, que têm contribuído para a construção de uma cartografia científica da avaliação, inventariando pontos de referência para reflexão e abrindo caminho para inovações e recomendações, entre outras, a do entendimento da avaliação como parte integrante do currículo, orientadora da ação, contribuindo para o seu caráter integrador. Isto pressupõe planos curriculares com vias de aprendizagem flexíveis e integradoras, através da utilização de metodologias ativas e participativas e de processos e métodos de avaliação formativos. Nos últimos anos, a investigação destaca o papel relevante da avaliação na integração curricular, permitindo identificar as áreas de investigação e desenvolvimento, nomeadamente, consolidar uma teoria da avaliação formativa que pode fazer *backup* e suporte às práticas de sala de aula; articular a aprendizagem, o ensino e a avaliação; compreender as relações entre a aprendizagem, o ensino e a avaliação, tomando como objeto de análise a sala de aula e toda a sua complexidade; e compreender as relações entre avaliação formativa e avaliação sumativa e respetivas implicações na integração curricular.

INTEGRAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA (EPT): Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A integração apresenta-se para a EPT como via para o ensino integrado, a partir da articulação entre conhecimentos científicos e técnicos, entre estes conhecimentos e os sujeitos, entre estes conhecimentos e a sociedade, essa apreendida como meio social e cultural em que estes sujeitos se encontram inseridos. No caso desta proposta de estudo, investigamos um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), onde tal integração está assegurada pela Lei n.11.892 de 29 de dezembro de 2008, que encontra nos currículos a perspectiva de uma formação mais humanística e emancipadora responsável pelo rompimento com a dualidade entre o ensino técnico e o ensino médio. Tomamos como fonte e objeto o conjunto de documentos legais e curriculares produzidos por um IFES, contemplando e incorporando discursos próprios da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (2018), na perspectiva de identificar os princípios curriculares e pedagógicos orientadores de práticas formativas, focadas na necessidade de ampliar a compreensão da realidade específica e da relação desta com a totalidade social. Isto porque, depreendemos que em contexto estes princípios orientam-se pelo perfil de formação, que parece não exigir o rompimento com práticas arraigadas no ideário tecnicista.